



**Piracicaba, 22 de outubro de 2011**

Propostas e Moções aprovadas e Delegados eleitos pela 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social de Piracicaba (Consocial) realizada no dia 22 de outubro de 2011, das 9h00 às 17h00, no Centro Cívico.

## **Propostas para o Município**

### **Promoção da transparência pública e acesso à informação e dados públicos**

1. Divulgação da declaração de bens do início e final do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Presidentes de Autarquias e Vereadores (artigos 109, 130 e 137 da Lei Orgânica) na internet
2. Reformulação do Portal da Transparência de Piracicaba, com linguagem e interface acessível e que contenha, no mínimo, as seguintes informações: Imóveis alugados; Gastos diários; Repasses para entidades civis; Repasses dos Governos Estadual e Federal; Contratos de serviços e obras (com orçamento, cronograma de pagamento e execução); Lista de servidores detalhada; Processos licitatórios (disponibilização de todos os documentos); Comparativo entre orçado, listagem de patrimônios, empenhado, executado, liquidado
3. Criação de um Portal de Transparência da Câmara de Vereadores de Piracicaba e para a Administração Indireta (Autarquias, Fundações e Empresas Públicas), com detalhamento de orçamento, licitações, contratos e servidores
4. Criação de setor específico para atendimento de solicitações de informações e dados públicos, de portal para envio de sugestões e de ouvidoria (com independência), e atendimento via telefone, internet e pessoalmente, na Prefeitura e na Câmara de Vereadores

### **Mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública**

5. Realização permanente de ações educativas e capacitação de munícipes, integrantes de associações de bairros, conselheiros e sociedade civil em temas relacionados ao controle social, através da criação de uma Escola de Participação, Cidadania e Controle Social, gerida pela Prefeitura, Câmara de Vereadores e Sociedade Civil
6. Criação de um Conselho Municipal de Transparência e Controle Social deliberativo para acompanhar, fiscalizar e auditar o cumprimento da legislação

sobre o tema e das deliberações da Consocial, propor novas ações e leis que possuam representantes de conselhos, poder público e sociedade civil, com maioria desta

7. Criação de Lei do "Programa de Metas", já aprovada em 23 cidades brasileiras, que obrigue o Prefeito Eleito a transformar em até 100 dias de mandato as propostas apresentadas durante a campanha eleitoral em ações e metas que possam ser executadas de acordo com os prazos estabelecidos monitoradas pelos cidadãos
8. Criação de lei que regulamente a ampla e prévia divulgação e realização das Audiências e Consultas Públicas e de seus documentos e o processo de acompanhamento de seus encaminhamentos. As audiências públicas devem ser realizadas em horários que facilite a participação de forma descentralizada em diversos espaços públicos
9. As ONGs que recebem recursos públicos devem ser submetidas aos mesmos mecanismos de controle social e transparência proposta para o poder público. A contratação das mesmas deve acontecer com ampla divulgação e concorrência pública
10. Criação de Lei que regulamente a realização de diagnóstico participativo, para planejamento estratégico municipal, gerido pela prefeitura, Câmara de Vereadores e sociedade civil, e que embase os programas de governo dos futuros candidatos aos cargos do poder executivo e legislativo

### **A atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle**

11. Respeito à autonomia e cumprimento da legislação Municipal, Estadual e Federal, relacionada aos Conselhos Municipais e disponibilização pela Prefeitura de toda infra-estrutura e apoio administrativo necessários ao funcionamento dos mesmos
12. Criação e aprimoramento de dispositivos legais, normas e procedimentos que garantam e respeitem a competência quando deliberativa dos Conselhos com penalidades para o descumprimento dos mesmos
13. Criação de mecanismos/canais efetivos de comunicação (rádios comunitárias, cartilhas, jornais de bairro, dentre outros) entre o os Conselhos Municipais e a Sociedade Civil e entre próprios Conselhos para divulgação do Plano de Ação, atuação, atividades, agenda, atas, formas de contato e outras informações relevantes
14. Garantir à ampliação do acesso a participação de representantes da sociedade civil organizada através da revisão das Leis que criam Conselhos e seus respectivos regimentos internos
15. Que a gestão dos fundos municipais existentes sejam feitas por deliberação dos respectivos conselhos



## **Diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção**

- 16.** Ficha limpa no município que proíba cidadãos de se candidatarem e exercerem cargos comissionados, função gratificada, bem como de secretários de administração pública, que tenham contra si condenação com decisão transitada e julgada ou proferida por órgão colegiado
- 17.** Criação de uma ouvidoria e de uma controladoria geral do município, órgão de controle interno responsável pelas ações de prevenção e combate a corrupção e transparência pública composta por servidores públicos e membros da sociedade civil, devidamente qualificados
- 18.** A declaração de bens segundo prevista em constituição dos funcionários públicos, comissionados e cargos eletivos e todos os familiares, com frequência anual. A expansão do período de quarentena para um ano
- 19.** Licitação e contratos: exigência de memorial descritivo/projeto executivo, com ampla publicidade, com revisão do texto das licitações. Criação de uma comissão de acompanhamento da execução de contratos licitatórios, composta por membros do poder público e membros qualificados da sociedade civil
- 20.** Realização de auditoria anual independente nas contas públicas contratada pelo poder público como controle e participação social, tanto no executivo como no legislativo

## **Propostas para a Conferência Estadual**

### **Promoção da transparência pública e acesso à informação e dados públicos**

- 1.** Fim do voto secreto no legislativo
- 2.** Justificativa pública das indicações de cargos comissionados e funções gratificadas, com carga e horário de trabalho
- 3.** Criação de um Portal de Transparência ou inclusão em Portal Estadual de dados detalhados (receita e despesa), das empresas concessionárias de serviços públicos em geral
- 4.** Publicação detalhada dos gastos dos gabinetes dos parlamentares
- 5.** Divulgação da declaração de bens do início e final do mandato do Governador, Vice-Governador, Secretários, Responsáveis por Administrações Indiretas e Deputados, na Internet

### **Mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública**

- 6.** Efetivação do uso de mecanismos de participação, como plebiscitos e referendos, em todos os níveis da federação e criação de mecanismos de decisões públicas também pela internet



7. Celeridade no processo legislativo em projetos de Lei de Iniciativa Popular nos níveis municipal, estadual e federal
8. Obrigatoriedade do tema "cidadania", na perspectiva da participação e controle social nos currículos do ensino básico, técnico superior

### **A atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle**

9. Garantir que as Conferências (nacional, estaduais e municipais ) sejam efetivos espaços de controle social e que suas deliberações sejam completamente divulgados por todos os meios de comunicação para que a sociedade civil como um todo e os Conselhos gestores e de direito conhecer , monitorar e avaliar as deliberações acerca das políticas públicas municipais, estadual e nacional
10. Fomento à capacitação continuada dos Conselhos Municipais, previsto no plano de ação dos conselhos, assegurados recursos financeiros pelas secretarias aos quais estão ligadas
11. Criação de mecanismos/canais efetivos para comunicação entre os Conselhos nos 3 níveis da federação (municipal, estadual e nacional), garantindo-se acesso a informações, instrumentalização técnica e apoio político-administrativo entre os Conselhos
12. Criação de uma Ouvidoria, no Ministério Público, para defesa dos representantes da sociedade civil no caso de abuso do poder público que iniba a participação efetiva da sociedade civil nos Conselhos

### **Diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção**

13. Fim do foro privilegiado para todos os três poderes
14. Proibição de mandatos consecutivos para cargos legislativos, sendo permitida apenas uma reeleição
15. Tipificar a corrupção como crime hediondo
16. Fim de Habeas corpus preventivo em crimes de corrupção, com indisponibilidade sumária dos bens do investigado
17. Voto distrital
18. Aumentar as penas e os prazos de prescrição de processos criminais de corrupção ativa e passiva
19. Eleição direta para judiciário sem interferência do executivo
20. Financiamento de campanhas eleitorais somente por pessoa física, definindo limite máximo de gastos nas campanhas eleitorais. Impedimento de participação de licitações pública dos financiadores durante o mandato do candidato eleito e beneficiado pela doação. Transparência absoluta de movimentação financeira entre partidos e financiadores de campanhas



## Moções Aprovadas

### 1. Moção de Apelo

#### **Ao Prefeito Barjas Negri e a Câmara de Vereadores de Piracicaba**

A promoção da transparência, da participação e controle da sociedade sobre as decisões públicas e do intenso combate à corrupção são essenciais para a consolidação da democracia, a boa gestão pública e a qualidade de vida em nossa cidade.

A implementação das propostas aprovadas nesta Conferência promoverão um avanço significativo neste sentido. É fundamental que o poder público municipal assuma o firme compromisso em executá-las.

Desta forma, solicitamos ao Prefeito de Piracicaba, Sr. Barjas Negri, e a Câmara de Vereadores de Piracicaba, que em 90 dias apresente um plano de implementação das propostas aprovadas pela 1ª Consocial Piracicaba. Este 1º Plano Municipal sobre Transparência e Controle Social deve ser realizado com ampla participação da sociedade e possuir metas, ações, responsáveis e um cronograma de implementação.

### 2. Moção de apelo

#### **Aos Deputados Estaduais, Sr. Roberto Moraes e Sr. Dilmo dos Santos e ao Deputado Federal, Sr. Antonio Carlos de Mendes Thame,**

Para que se manifestem publicamente sobre as deliberações da 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social (Consocial) e apoiem a implementação das deliberações que serão aprovadas na Conferência Estadual e Nacional

### 3. Moção de Apelo

#### **Ao Prefeito Barjas Negri**

Realização de plenárias do Orçamento Participativo nos bairros, regiões, entidades, conselhos municipais, com ampla e prévia divulgação, e demais ações previstas na Lei Municipal 5.132 de 2002 e consultas de prioridades pela internet

### 4. Moção de Apelo

#### **Ao Senado Federal**

Para que aprove Projeto de Lei 041/2010 que regula o acesso a informações públicas previsto nos artigos 5º, 37 e 216 da Constituição Federal

### 5. Moção de Apelo

Que seja colocada rapidamente em prática a Lei do Ficha Limpa

### 6. Moção de Apelo

Que na próxima Consocial haja maior divulgação para inserção de integrantes na Comissão Organizadora

### 7. Moção de Apelo

Uma ampla divulgação para as construções de grande porte e aprovação da população



## **Delegados Eleitos para a Conferência Estadual (30 de março a 1 de abril de 2012 em São Paulo)**

### **Sociedade Civil**

Gilmar Tanno [gilmartanno@hotmail.com](mailto:gilmartanno@hotmail.com)

Ninfa Sampronha Barreiros [ninfazambarreiros@gmail.com](mailto:ninfazambarreiros@gmail.com)

Renato Pellegrini Morgado [renato@imaflora.org](mailto:renato@imaflora.org)

### **Conselhos de Políticas Públicas**

Sonia Cristina Ramos [ramos076642@hotmail.com](mailto:ramos076642@hotmail.com)

### **Poder Público**

Milton Sergio Bissoli [mbissoli@piracicaba.sp.gov.br](mailto:mbissoli@piracicaba.sp.gov.br)